

Comunicação 3

Estrutura rural, excedente agrícola e modos de produção no nordeste brasileiro *

DAVID E. GOODMAN **

1 — Introdução

O Nordeste brasileiro¹ conseguiu atingir uma taxa relativamente rápida de crescimento da produção agrícola desde a década de 40, sobretudo de culturas alimentícias básicas, destinadas ao consumo interno local. Em termos gerais, e com a óbvia exceção de anos entremeados de seca no interior semi-árido, concorda-se que a crescente demanda urbana de alimentos foi satisfatoriamente atendida. O setor rural produziu e mobilizou um excedente agrícola para consumo urbano sem deslocamento pronunciado nas relações de trocas setoriais frente às áreas urbanas. Não obstante, a despeito do consenso geral sobre os aspectos macroeconômicos de tal desempenho, uma intensa controvérsia se formou em torno da dinâmica da expansão agrícola e de seus efeitos sobre a estrutura agrária e a sociedade rural. Neste estudo, passamos em revista os principais pontos em discussão no debate e examinamos várias interpretações conflitantes sobre o desenvolvimento rural no Nordeste. Diz o enfoque marxista que o recente crescimento da produção consolidou a importância de modos de produção pré-capitalistas. O excedente agrícola teria sido mobilizado dentro do contexto do tradicional sistema latifúndio-minifúndio. Já uma

* Tradução não revista pelo autor.

** Da Universidade de Londres.

¹ Adotamos a definição administrativa do Nordeste usada pela SUDENE e que inclui os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

focalização alternativa baseia-se em um "modelo de especialização" da mudança rural. Propõe ela a hipótese de que a economia rural nordestina atravessa um processo de transição em direção ao capitalismo e que se caracteriza por uma diferenciação social cada vez maior. Em essência, maior atividade comercial e uma integração mais estreita de mercados regionais teriam estimulado a especialização agrícola e a penetração de modos capitalistas de produção. Forman e Reigelhaupt² propõem ainda outra interpretação, baseada na análise de feiras rurais e sistemas regionais de comercialização. Seguindo nas pegadas de Frank³ argumentam que a mudança agrária recente deve ser vista no contexto de um setor rural capitalista que passa por um processo de comercialização crescente.

Em um nível mais geral, este trabalho diz respeito a modos de produção em uma agricultura camponesa e à sua articulação com um sistema industrial capitalista em expansão. Um tema subsidiário trata da interação entre regiões periféricas atrasadas e o centro desse sistema. Em anos recentes, esses tópicos atraíram grande atenção na literatura especializada.⁴ A articulação entre o capitalismo industrial e estruturas agrárias não-capitalistas em áreas periféricas forma também a base de uma recente análise marxista da industrialização brasileira.⁵ Certos elementos macroeconômicos dessa estrutura teórica, doravante chamado modelo CEBRAP,⁶ são apresentados na

² S. Forman e J. F. Reigelhaupt, (a) "Market Place and Marketing System: Toward a Theory of Peasant Economic Integration", in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 12, n.º 12 (1970), pp. 188-212, e (b) "Bodo was never Brazilian: Economic Integration and Rural Development among a Contemporary Peasantry", in *Journal of Economic History*, vol. 30, n.º 1 (1970), pp. 100-116.

³ A. G. Frank, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America* (New York: Monthly Review Press, 1967).

⁴ *Ibid.*, e E. Laclau, "Feudalism and Capitalism in Latin America", in *New Left Review*, n.º 67 (maio/junho de 1971), pp. 19-38. Diversas contribuições recentes para este debate, bem como estudos da posição corrente, podem ser encontradas em I. Oxaal *et alii* (eds.), *Beyond the Sociology of Development* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1975).

⁵ F. de Oliveira, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", in *Estudos CEBRAP*, n.º 2 (outubro de 1972), pp. 3-82.

⁶ Este termo é adotado por conveniência e não há a intenção de sugerir que os autores ligados ao CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) seguem rígida ou cegamente uma única interpretação da sociedade brasileira.

discussão introdutória da interação centro-periferia no Brasil. De modo geral, contudo, o enfoque concentra-se mais nas características da mudança estrutural na agricultura do Nordeste.

2 — O “modelo CEBRAP” e a interação centro-periferia

O Nordeste é uma região economicamente atrasada de uma economia nacional em expansão dominada por um centro metropolitano capitalista. Sugere isso a necessidade de abordar o subdesenvolvimento regional estudando a integração e interação da região com o centro e os associados fluxos de recursos. Em comum com outras análises marxistas, o modelo CEBRAP atribui o atraso regional à natureza espacialmente desequilibrada do crescimento capitalista, envolvendo a constituição de relações de exploração entre o centro e a periferia. A articulação dessas relações manteria o subdesenvolvimento, determinando, assim, as formações sócio-econômicas de áreas dependentes, periféricas. Essas áreas estariam estreitamente integradas no centro capitalista. Na verdade, seriam funcionais para sua expansão desde que sua exploração formaria parte, integral do processo de acumulação de capital.⁷ De acordo com essa opinião, por conseguinte, o subdesenvolvimento do Nordeste deveria ser analisado em termos da macrodinâmica da expansão capitalista industrial no Brasil. Um estudo alongado desse tópico ultrapassa o escopo do presente trabalho, mas podemos, não obstante, considerar a análise do CEBRAP sobre migração inter-regional e colonização da fronteira. Esse exercício ilustrará certas relações formuladas no modelo CEBRAP, bem como delineará uma perspectiva apropriada para a discussão subsequente da estrutura agrária.⁸

⁷ O enfoque do CEBRAP, por conseguinte, destaca a interdependência entre o centro e a periferia, rejeitando o modelo dualístico “ortodoxo” de subdesenvolvimento regional, com seu foco nos obstáculos à “modernização”.

⁸ Esta exposição se baseia principalmente no trabalho de Oliveira, *op. cit.*, mas é conveniente ver também P. Malan e J. E. de C. Pereira, “A Propósito de uma Reinterpretação do Desenvolvimento Brasileiro desde os Anos 30”, in *Dados*, n.º 10 (1973), pp. 126-145.

Os movimentos migratórios constituem claramente uma das principais formas de interação regional no Brasil, conforme amplamente demonstrado em recentes estudos quantitativos.⁹ O Nordeste tem sido um contribuinte líquido para esses fluxos de recursos desde fins do século XIX, desempenhando um importante papel na formação da oferta de mão-de-obra em outras regiões. A posição do Nordeste e de vários outros Estados, principalmente Minas Gerais e Rio Grande do Sul, como “reservas populacionais” para o Centro-Sul dinâmico, é geralmente reconhecida em interpretações do crescimento urbano-industrial desde 1930. Não obstante, nota-se falta de uniformidade no tratamento analítico desses fluxos populacionais. Autores da tradição neoclássica tratam as migrações como movimentos equilibradores, como reação a diferenças regionais de renda. Diversos estudos, aliás, examinaram o impacto das migrações sobre os padrões de crescimento regional, procurando verificar se poderiam ser discernidas tendências convergentes em renda *per capita*¹⁰ (Graham e Hollanda, 1971; Matta, 1973). Esse enfoque se preocupa também com a possibilidade de que imperfeições de mercado, vindo a propósito citar a legislação de salário mínimo, induzam migrações rurais-urbanas “excessivas”, agravando a estrutura dualística de economias urbanas e o grau de “subemprego” em setores de baixa produtividade. Este modelo dualístico de mercados de trabalho urbanos é rejeitado pelas análises marxistas, que salientam a função crítica da emigração rural na formação do “exército de reserva” do trabalho urbano. A existência desse reservatório de mão-de-obra, constantemente reabastecido e aumentado por mais contingentes de migrantes, deprimiria o preço de oferta dos trabalhadores urbanos. Em con-

⁹ D. H. Graham e S. B. de Hollanda, *Regional and Urban Growth and Development in Brazil: A Selective Analysis of the Historical Record, 1872-1970*, vol. I (São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas — USP, 1971); e M. da Matta, E. W. de Carvalho e M. T. de Castro e Silva, *Migrações Internas no Brasil*, Coleção Relatórios de Pesquisa (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973), n.º 19.

¹⁰ G. S. Sahota, “An Economic Analysis of Internal Migration in Brazil”, in *Journal of Political Economy*, vol. 76, n.º 2 (1968), pp. 218-245; e D. H. Graham, “Divergent and Convergent Regional Economic Growth and Internal Migration in Brazil, 1940-1960”, in *Economic Development and Cultural Change*, vol. 18, n.º 3 (abril de 1970), pp. 362-382.

seqüência, à medida que prosseguiria a expansão industrial e a inovação tecnológica, as taxas salariais reais se atrasariam cada vez mais em relação aos ganhos de produtividade, reduzindo a participação do trabalho na renda e liberando recursos para financiar a acumulação de capital industrial (Oliveira, 1972, p. 20) .

A despeito de suas diferenças fundamentais, ambas as interpretações dos mercados de trabalho urbano supõem que um excedente de mão-de-obra pode ser facilmente mobilizado em áreas rurais. Segundo o modelo neoclássico, as migrações têm origem nas reações de indivíduos racionais às diferenças de renda urbano-rural. O enfoque marxista salienta os efeitos destrutivos da expansão capitalista no deslocamento de mão-de-obra engajada em atividades agrícolas, industriais e artesanais relativamente ineficientes.¹¹

A urbanização e o crescimento industrial dependem também crucialmente da mobilização do excedente agrícola, compreendendo tanto fluxos reais quanto financeiros, e dos termos dessa transferência.¹² A importância do excedente real, ou de mercadorias, deriva dos vários papéis assumidos pelos alimentos e matérias-primas como bens-salário, insumos industriais e geradores de divisas. Dando um exemplo, salários reais crescentes, decorrentes de aumentos dos preços relativos dos alimentos, podem retardar a industrialização ao reduzir a taxa de lucro e as fontes internas de financiamento de capital. Se isso ocorrer, os interesses urbanos tentarão provocar mudanças na estrutura agrária que assegurem um fluxo adequado de excedentes comercializados e relações de troca intersetoriais mais favoráveis. De modo geral, logo que grupos urbano-industriais assumem a hegemonia política e econômica, como ocorreu no Brasil de 1930 em diante, a sobrevivência das estruturas agrárias passa a depender de sua capacidade de corresponder às necessidades da economia urbana. Naturalmente, essas estruturas e o modo de produção prevalecente podem apresentar diferenças regionais devidas à sua localização em relação aos mercados urbanos e às condições de oferta de terra e de

¹¹ J. R. Brandão Lopes, "Desenvolvimento e Migrações: Uma Abordagem Histórico-Estrutural", in *Estudos CEBRAP*, n.º 6 (1973), pp. 127-142.

¹² T. J. Byres, "Land Reform, Industrialization and the Marketed Surplus in India: An Essay on the Power of Rural Bias", in D. Lehmann (ed.), *Agrarian Reform and Agrarian Reformism* (Londres: Faber and Faber, 1974) .

mão-de-obra. Em outras palavras, se no agregado a taxa de liberação de recursos pela agricultura é satisfatória, há menos pressão para transformar a estrutura agrária. Diferentes modos de produção, então, podem coexistir, cada um deles contribuindo para o processo de acumulação de capital no centro metropolitano.

Salientam os autores do CEBRAP que tal diversidade caracteriza justamente a agricultura brasileira. Em regiões periféricas como o Nordeste, a manutenção de relações de produção não-capitalistas é considerada como funcional para o processo de expansão capitalista do centro. Isto não é sugerido como proposição geral ou condição intrínseca do crescimento capitalista, mas como uma relação específica ao caso brasileiro.¹³ Os aspectos característicos frisados no modelo CEBRAP são a fronteira e as rápidas taxas de migração rural que fornecem a mão-de-obra necessária para ampliar a área de colonização agrícola. A terra da fronteira é inicialmente cultivada por famílias que produzem culturas de subsistência de ciclo curto, embora seus excedentes sejam tipicamente apropriados pelo dono da terra nos locais em que é possível a distribuição comercial. Simultaneamente, o trabalhador rural, seja posseiro ou morador, desmata também a terra, aumentando-lhe o valor econômico e simplificando sua subsequente preparação para culturas comerciais permanentes ou conversão em pastagens. Ao ser alcançado esse estágio, os sítios de subsistência são consolidados e ajustados, correspondentemente, o tamanho da força de trabalho residente e as relações de trabalho. A incorporação da terra da fronteira teria por base a exploração do trabalho migratório, que estaria à procura de meios de subsistência, e prosseguiria via reprodução do latifúndio, negando, destarte, a essa mão-de-obra o acesso permanente à terra.

Esse padrão de expansão da fronteira, que Oliveira descreve como "crescimento por ampliação de periferias", asseguraria a flexibilidade da oferta agrícola. Dessa maneira, "... a maioria das culturas alimentícias (tais como arroz, feijão, e milho) enviadas aos grandes

¹³ Em vários aspectos, há uma estreita semelhança entre o modelo de expansão industrial capitalista do Brasil após 1930, elaborado por Oliveira, e a perspectiva marxista proposta por E. Laclau, *op. cit.*, a fim de analisar as relações metrôpole/periferia no crescente sistema econômico mundial do século XIX.

mercados urbanos procede de zonas de colonização recente” (Oliveira, 1972, pp. 16-17) . A expansão agrícola envolveria métodos extensivos, requerendo ofertas elásticas de terra e trabalho e seria consolidada pela formação de latifúndios. A existência da fronteira e a migração rural-rural criariam condições para a reprodução de modos pré-capitalistas de produção e a extração do excedente por meios extra-econômicos. Esse processo, argumenta-se, teria caracterizado a ocupação da fronteira, em diferentes ocasiões, no norte do Paraná, oeste de São Paulo, Maranhão e sul de Goiás, e mais recentemente, sudoeste do Paraná, norte de Goiás, Pará e Mato Grosso.

A interpretação do CEBRAP atribui também à fronteira um papel decisivo na atenuação de contradições internas que poderiam, de outra maneira, ter ameaçado a estabilidade social do sistema durante o recente processo de industrialização. O potencial de conflito seria inerente à articulação de relações intersetoriais entre o capitalismo industrial e estruturas agrárias herdadas da era colonial. Isto é, como reconciliar a necessidade de mobilizar o excedente agrícola de modo a assegurar condições propícias à formação de capital industrial com a retenção de técnicas extensivas e modos não-capitalistas de produção em áreas de colonização agrícola antiga. A tese do CEBRAP é que a expansão da fronteira, baseada na exploração do trabalho migratório, teria impedido qualquer tendência desfavorável nas relações de troca internas frente à indústria. Além disso, desde que o custo dos alimentos constitui um fator fundamental na determinação do custo de reprodução do trabalho urbano, essas circunstâncias ter-se-iam combinado com fluxos migratórios urbanos para deprimir a taxa salarial real urbana e, dessa maneira, facilitar a rápida acumulação de capital. De modo geral, “. . . este modelo permitiu ao sistema deixar intocada a base da produção agrária, ladeando o problema da distribuição da propriedade da terra, que parecia crítico em fins da década de 50. . .” (Oliveira, 1972, p. 18) . Essa apresentação esquemática do modelo CEBRAP esclareceria as relações entre os fluxos migratórios procedentes do Nordeste e de outras regiões dependentes, de colonização antiga, e a acumulação de capital no Centro-Sul. A migração da mão-de-obra desempenharia uma função dupla nesse contexto: como fonte para o “exército de reserva” urbano e para os contingentes populacionais que ampliariam

a fronteira agrícola. Em ambos os casos, esses fluxos afetariam os salários reais urbanos e, por isso mesmo, teriam assumido um papel decisivo na expansão do capitalismo industrial metropolitano.

3 — Estrutura agrária no Nordeste

O modelo de expansão agrícola acima esboçado claramente incorpora hipóteses sobre estruturas agrárias em regiões periféricas de colonização antiga. Sem meias palavras, a tese básica é que a fronteira não apenas recria condições para a reprodução do latifúndio, mas permite também a sobrevivência desse modo de produção pré-capitalista em regiões há muito colonizadas, como o Nordeste. Oliveira argumenta, em conseqüência, que o mesmo sistema de exploração caracteriza as fronteiras “externa” e “interna”. Em latifúndios há muito tempo estabelecidos, a rotação da terra desempenharia a mesma função preenchida pela rotação de colheitas nos latifúndios da fronteira “externa”. “O processo secular que se desenvolve no Nordeste, por exemplo, é típico dessa simbiose. O morador, quando planta sua roça, planta também algodão, e o custo da reprodução da força de trabalho é a variável que torna cada um desses produtos comercializáveis como mercadorias” (Oliveira, 1972, p. 17) .

Brandão Lopes expõe uma versão mais suavizada, geograficamente diferenciada, dessa mesma tese, onde está implícito que a produção capitalista e a mão-de-obra assalariada livre prevalecem agora no meio rural próximo do centro metropolitano. Nessas áreas, tais como o norte do Paraná, o oeste de São Paulo e o sul de Goiás, frisa ele a importância dos fluxos rurais migratórios procedentes do Nordeste na formação do proletariado rural. Não obstante, continuaria “. . . na maior parte do País, o crescimento extensivo, sob novas formas, de uma primitiva economia de subsistência. Podemos dizer que o atual estilo de desenvolvimento cria continuamente . . . formas arcaicas de agricultura” (Brandão Lopes, 1973, p. 136) .

Nas seções seguintes, descreveremos as principais hipóteses e temas de pesquisa a emergir do enfoque do CEBRAP e identificaremos as diferenças em relação a interpretações alternativas.

3.1 — Latifúndio e modos de produção

A hipótese básica do CEBRAP é que a análise da sociedade rural do Nordeste deve ser desenvolvida em termos das relações sociais inerentes a modos pré-capitalistas de produção. O latifúndio constituiria a forma dominante de organização rural segundo esse modelo e sua importância teria sido reforçada, e não solapada, pelos recentes padrões de desenvolvimento. Tanto Brandão Lopes (1973) quanto Sá¹⁴ baseiam suas interpretações da mudança agrária ocorrida no Nordeste, desde a década de 40, na vitalidade e ressurgimento do sistema binário latifúndio-minifúndio.

Uma pergunta que logo se impõe é se esse modelo proporciona uma base empírica acurada para generalizações sobre a dinâmica da sociedade rural do Nordeste nas duas ou três últimas décadas. Exibe a estrutura agrária, isto é, a rede de relações entre os vários grupos de pessoas que retiram seu sustento do solo, as características gerais supostas nesse modelo? Podemos descrever as relações sociais da produção e as forças produtivas na agricultura a fim de identificar o modo predominante de produção? (Byres, 1974). Se, de fato, não houve mudança estrutural substantiva, que fatores explicam a consolidação dos modos pré-capitalistas durante um período de rápida urbanização e crescente atividade comercial nas áreas rurais? O modelo CEBRAP, em suma, enfatiza a estabilidade essencial da sociedade rural do Nordeste. Trata-se de grandes problemas, sobre os quais deve concentrar-se a pesquisa futura sobre a estrutura agrária.

3.2 — O excedente agrícola e o crescimento urbano

Uma proposição crucial do modelo CEBRAP é que a estrutura latifúndio-minifúndio respondeu adequadamente à demanda crescente de excedentes agrícolas imposta pelo rápido crescimento urbano. Além disso, a bem sucedida mobilização do excedente explicaria por que uma agricultura capitalista especializada em produtos alimentí-

¹⁴ F. Sá Jr., "O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência", in *Estudos CEBRAP*, n.º 3 (janeiro de 1973), pp. 87-147.

cios básicos não surgiu no Nordeste (Brandão Lopes, 1973, p. 137). A interpretação do CEBRAP entra em conflito com diversas explicações alternativas do desenvolvimento agrícola da região. Incluem elas o "pessimismo ricardiano", do relatório de 1959 do GTDN,¹⁵ com seu prognóstico estagnacionista, e idéias mais recentes de que o crescimento da produção reflete a transformação estrutural da economia rural. O GTDN considerou a oferta inelástica de alimentos às grandes áreas urbanas como "o principal obstáculo à industrialização regional". Essa alegada inelasticidade ameaçava corroer a vantagem regional comparativa, baseada em mão-de-obra industrial barata. Como conseqüência da ineficiente estrutura agrária, os crescentes preços urbanos dos alimentos e a dependência sempre maior das importações solapavam incessantemente a situação competitiva da indústria regional. O crescimento industrial futuro, argumentou-se, seria inibido pela incapacidade de se mobilizar o excedente agrícola. Sem prejuízo para a questão da mudança estrutural, porém, o desempenho da agricultura refutou o diagnóstico do GTDN. Nesta altura, parece útil passar em revista os principais aspectos dessa expansão.

O produto real no setor primário aumentou a uma taxa anual de 4,6% no período 1947/68, acompanhando o crescimento do produto regional líquido a custo de fator. As lavouras lideraram esse crescimento e a produção de culturas alimentícias básicas para consumo regional interno, em especial de arroz, feijão e milho, elevou-se mais rapidamente do que a de matérias-primas industriais e culturas de exportação, as chamadas *culturas nobres*. É escassa a evidência de que a expansão da produção tenha sido conseguida mediante difusão de novos insumos ou técnicas aperfeiçoadas. Ao contrário, a estabilidade dos rendimentos médios por hectares indica uma contínua dependência da extensão das técnicas de baixa produtividade existentes, que requerem maiores insumos de terra e trabalho. Conforme conclui um estudo recente, "... a principal, e quase única fonte de crescimento das culturas alimentícias básicas no período 1948/69

¹⁵ GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), *Uma Política de Desenvolvimento Económico para o Nordeste* (Rio de Janeiro: Presidência da República, 1959).

foi o aumento da área cultivada".¹⁶ Realmente, a área das lavouras elevou-se de 4,5 milhões para 10,9 milhões de hectares em 1950/68, aumentando virtualmente à mesma taxa anual que a produção real. A disponibilidade de terras virgens, notadamente no Maranhão, Piauí e Bahia, é importante nesse padrão de crescimento extensivo, mas o notável é que tenham crescido consideravelmente as terras de cultura em estabelecimentos localizados em áreas há muito colonizadas. No biênio 1950/68, as lavouras expandiram-se em 102, 77 e 95% na Paraíba, Pernambuco e Alagoas, respectivamente. A exploração dessa "fronteira interna" presumivelmente envolveria mudança nos sistemas de rotação de culturas e, possivelmente, a incorporação de terras marginais, implicando algum recurso a insumos modernos a fim de serem mantidos os rendimentos médios.

Mudanças na distribuição de tamanho dos estabelecimentos agrícolas revelam outros aspectos da maneira como ocorreu esse crescimento da produção¹⁷ (Tabela 1). O número de estabelecimentos de menos de dez hectares mais do que duplicou no período 1940/60, embora aumentasse apenas ligeiramente sua participação na área total. Na verdade, 75% de todos os novos estabelecimentos instalados nesses anos eram de menos de dez hectares e 65% tinham menos de cinco. Resultados preliminares do Censo Agrícola de 1970 indicam que o rápido aumento numérico dos minifúndios manteve-se na década de 60. Estabelecimentos de menos de dez hectares aumentaram em 631 mil, representando 78% de todos os novos estabelecimentos. Embora essas unidades minifundiárias respondessem por apenas 13% da elevação da área total de estabelecimentos na década de 60, foi notável sua contribuição para ampliação das áreas reservadas às lavouras. Do aumento de terras em lavoura no período 1940/60, nada menos de um terço ocorreu em minifúndios, proporção essa que subiu para 50% na década de 60. Se supomos que os rendimentos médios foram mantidos, os dados do censo sugerem que unidades minifundiárias responderam por uma parcela equivalente do aumento da

¹⁶ G. F. Patrick, *Desenvolvimento Agrícola do Nordeste*, Coleção Relatórios de Pesquisa (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1972), n.º 11, p. 84.

¹⁷ O Censo Agrícola define o estabelecimento como uma unidade de produção sob uma única administração. Uma distribuição de tamanho baseada em unidades de propriedade provavelmente revelaria um grau mais alto de concentração.

TABELA I
Número e área de estabelecimentos rurais de acordo com classes de tamanho — 1940/70 (%)

Classes de Tamanho	1940		1950		1960		1970	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área
Menos de 10 hectares.....	50,0	3,4	53,2	2,8	61,7	4,3	68,3	5,5
10 — 20 »	14,9	3,6	13,0	2,6	10,9	3,3	9,9	4,1
20 — 50 »	16,1	8,7	14,7	6,7	12,7	8,7	10,5	9,7
50 — 100 »	8,1	9,7	7,8	7,9	6,3	9,6	5,1	10,5
100 — 500 »	8,8	31,6	8,9	27,0	6,6	29,8	5,1	30,5
500 — 1 000 »	1,1	12,9	1,4	13,5	0,9	13,6	0,6	12,9
1 000 ou mais »	0,7	30,1	1,0	39,5	0,5	30,7	0,4	26,8
Totais*.....	737,604	42,888	844,510	58,341	1 409,740	63,571	2 199,538	73,813

FONTE: Dados do Censo Agrícola.

* A área total dos estabelecimentos agrícolas é dada em 1 000 hectares.

produção das lavouras.¹⁸ De acordo com esta interpretação, a incorporação de terras cultiváveis pelos minifundiários desempenhou papel decisivo na expansão da agricultura nordestina.

Naturalmente, não se segue que os minifúndios tenham dado uma contribuição igualmente importante ao excedente agrícola *líquido* no período do pós-guerra. Esse excedente representa o fluxo de produção liberado para emprego não-agrícola, que difere de produção bruta, por não incluir o autoconsumo e compra ou recompra de produção agrícola pelo setor rural (Byres, 1974). Além disso, um levantamento regional efetuado em 1967 sugere que o autoconsumo varia inversamente com o tamanho do estabelecimento.¹⁹ Um passo inicial, por conseguinte, consistiria em determinar as respectivas parcelas do excedente líquido comercializado dos minifúndios, pequenos e médios produtores independentes, e dos latifúndios. No período 1940/60, por exemplo, estabelecimentos de 20-500 hectares responderam por 50% do aumento da área em lavouras. A suposição de que rendimentos médios foram obtidos pode ser novamente feita para avaliar-lhes a participação na expansão da produção bruta das lavouras. Contudo, desde que as unidades maiores são, com toda probabilidade, mais orientadas para o mercado, sua parcela no excedente líquido comercializado provavelmente excede por substancial margem aquela da produção bruta. Se estamos interessados em fluxos rural-urbanos e, portanto, no excedente agrícola *líquido* e sua respectiva mobilização, precisamos dedicar alguma atenção ao modo de produção adotado por esse grupo "intermediário". Donos de estabelecimentos desse tamanho são relativamente abastados,

¹⁸ Isto parece uma razoável hipótese de trabalho, uma vez que os dados agregativos do censo mostram que os aumentos na produção e a área cultivada são aproximadamente proporcionais. Além disso, pequenas unidades tendem a ser cultivadas mais intensamente.

¹⁹ Entre as unidades agrícolas examinadas na pesquisa, 8% haviam retido para consumo sua produção de arroz. Retenções mais altas ocorriam nos casos da mandioca (17%), feijão (45%) e milho (58%). Virtualmente, todas as unidades que não conseguiram comercializar essas safras eram pequenos estabelecimentos, incluídos na categoria dos minifúndios. Ver SUDENE-UFPE, "Pesquisa sobre o Setor Agrícola no Nordeste" (Recife, 1969), vários volumes, mimeo.

situados nos dois decis superiores da distribuição da renda rural, e podem muito bem constituir um elemento “modernizador”, mais sensível às oportunidades comerciais e disposto a adotar novas técnicas e relações de trabalho capitalistas.²⁰ Pesquisa para esclarecer esses pontos encerra uma óbvia importância para a tese de que o recente crescimento assinala uma fase de transição na direção da transformação capitalista da agricultura do Nordeste.

A acentuada concentração de novos estabelecimentos na categoria do minifúndio foi também interpretada como evidência *prima facie* de pressão da população rural. Certamente, a tendência a longo prazo para maior fragmentação não foi detida na década de 60, embora novos minifúndios ocupassem uma área adicional de 1,3 milhão de hectares. Um processo secular de *morcellement* é sugerido pelo declínio do tamanho médio dos minifúndios, de 3,95 hectares em 1940 para 2,72 em 1970. Nas atuais condições ecológicas e técnicas da agricultura do Nordeste, estabelecimentos desse tamanho não proporcionam sustento adequado à família mesmo quando o operador conserva pleno controle empresarial. É provável, por isso mesmo, que minifundiários ingressem no mercado de trabalho a fim de obter renda suplementar, engrossando a massa dos trabalhadores verdadeiramente desprovidos de terra. Se for este o caso, o *morcellement* está contribuindo para a formação de uma força de trabalho rural dependente.²¹ Esta tendência pode ser reconciliada tanto com a hipótese CEBRAP quanto com a interpretação alternativa de crescente penetração capitalista.

Finalmente, com a exceção dos anos de seca, o índice de preços implícito para as lavouras permaneceu razoavelmente estável no período 1947/68 (Patrick, 1972). Sugere esse fato que o excedente agrícola foi mobilizado em qualquer pronunciada deteriora-

²⁰ Esta tese é analisada pelo IBRD (International Bank for Reconstruction and Development), “Rural Development Issues and Options in Northeast Brazil” (Washington, D.C., 1975), mimeo.

²¹ P. L. Scandizzo, “Resistance to Innovation and Economic Dependence in Northeastern Brazil”, Working Paper n.º RPO 273/XIV/1 (Washington, D.C.: IBRD/DRC — Development Planning Division, 1974).

ção das relações de troca setoriais contra a indústria.²² A despeito da virtual estagnação do rendimento das culturas, a agricultura respondeu adequadamente em termos macroeconômicos e em absoluto não limitou o crescimento regional, como previu o GTDN. Esta descrição geral revela também a natureza extensiva da expansão agrícola e o papel decisivo da oferta de trabalho e terra não cultivada nas fronteiras “externa” e “interna” do Nordeste. Esta interpretação dos dados do censo é inteiramente compatível com o enfoque CEBRAP, em especial a evidência que sugere a reprodução dos minifúndios dentro dos latifúndios. Não obstante, tendências recentes no setor agrícola foram interpretadas em termos radicalmente diferentes.

3.3 — O “modelo de especialização”

Diversos autores interpretam o crescimento da produção agrícola como resultado da resposta geral dos produtores às oportunidades de renda geradas pela crescente demanda urbana. Essa resposta seria facilitada pela expansão da rede de estradas, que produziria maior integração dos mercados regionais e produção comercial mais ativa. Proposto por Castro,²³ esse “modelo de especialização” salienta a importância dos pequenos comerciantes e motoristas de caminhão como escoadouros do “excedente gerado por pequenos produtores” dispersos por todo o interior semi-árido da região. Esses comerciantes e intermediários “... não apenas proporcionaram escoadouros seguros... mas romperam também o relativo monopólio comercial exercido pelos grandes proprietários-comerciantes” (Castro, 1971, pp. 204-5). Argumenta Castro que o aumento da atividade comercial estimulou áreas anteriormente isoladas do interior a especializar-se

²² Um necessário *caveat* no particular é que não podemos construir séries setoriais de relações de trocas para o Nordeste devido à ausência de índices de preços regionalmente baseados. O índice de preços implícito mencionado para as lavouras no texto é derivado de índices de valor corrente do produto e produção real, ambos medidos a preços constantes.

²³ A. B. de Castro, *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira* (Rio de Janeiro: Forense, 1971), Vol. II.

na produção de culturas de alimentos básicos para os mercados urbanos. De acordo com essa interpretação, a década de 50 presenciou uma mudança estrutural fundamental à medida que a agricultura se tornava crescentemente comercializada e orientada para o mercado. O papel desempenhado por melhores comunicações e pelas atividades de comerciantes e motoristas de caminhão na transformação da economia rural do interior foi igualmente salientado por Vilaça, Goodman e Cavalcanti,²⁴ Patrick (1972) e Forman e Riegelhaupt (1970-a e 1970-b). Implica esse modelo que várias classes rurais, incluindo pequenos operadores-proprietários, arrendatários e parceiros reagem aos incentivos de mercado e baseiam suas decisões de produção nas oportunidades relativas de lucro. Além disso, esses produtores comercializam seus excedentes *diretamente* com comerciantes locais, intermediários e atacadistas, ou eles mesmos assumem as funções de venda a varejo. O ponto essencial é que os produtores exercem funções empresariais e podem escolher dentro de certa variedade de possíveis alternativas de comercialização. Garante isso que as oscilações de preço são, de certa forma, comunicadas ao produtor, que pode, então, adaptar-se e especializar-se correspondentemente. A comercialização e o aumento das oportunidades de lucro criam, por seu lado, condições para expansão da diferenciação sócio-econômica na economia rural, renunciando a desintegração dos modos pré-capitalistas de produção.

Essa interpretação "ortodoxa" do crescimento agrícola do Nordeste colide em vários pontos com o enfoque do CEBRAP. Um deles, de extrema importância, gira em torno da transmissão dos incentivos de mercado, isto é, até que ponto a comercialização penetrou na estrutura agrária? De acordo com a tese do CEBRAP, o grande latifundiário exerce ainda poder monopolístico e não cedeu sua posição de comerciante a uma nova geração de intermediários e compradores altamente especializados. A retenção de tal função permitiria ao dono da terra apropriar os excedentes pela manutenção de relações pré-capitalistas com seus parceiros e arrendatários. O excedente, ex-

²⁴ M. V. Vilaça, *Em Torno da Sociologia do Caminhão* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969); e D. E. Goodman e R. Cavalcanti, *Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste*, Coleção Relatórios de Pesquisa (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974), n.º 20.

traído principalmente sob a forma de aluguel da terra mas também como pagamento de juros, seria então transferido pelo dono da terra para os mercados urbanos, tipicamente através de transações diretas e regulares com atacadistas em grande escala. Desde que os crescentes preços urbanos dos alimentos não se difundiriam até o produtor nem lhe afetaria a renda real, o latifundiário monopolista continuaria a apropriar-se da mais valia gerada por tal disparidade. Isto é, o latifundiário pouca pressão sofreria para revisar os padrões de uso da terra em sua propriedade e cultivá-la diretamente como produtor capitalista. Nessas condições, prossegue o argumento, os grandes latifundiários responderiam às oportunidades de lucro criadas pelos preços crescentes dos alimentos mediante aumento do número de parceiros ou arrendatários em sua propriedade. A expansão urbana e, mais recentemente, a industrialização, não teriam iniciado um processo de mudança estrutural na agricultura, caracterizado por crescente especialização, ganhos gerais em renda real e maior diferenciação. Muito ao contrário, as condições no Nordeste ainda respaldariam e reproduziriam formas arcaicas de organização agrária.

Desde que há obviamente aqui uma profunda fonte de desacordo, será útil transcrever uma descrição explícita da tese do CEBRAP sobre a extração e transferência do excedente agrícola. Foi ela exposta nos seguintes termos: “Uma vez que o suprimento urbano de alimentos é composto, basicamente, de inumeráveis pequenos excedentes de minifúndios de subsistência, compradores oligopsonistas impedem que os crescentes preços urbanos dos alimentos sejam transmitidos como preços mais altos (em termos reais) aos pequenos produtores. Realmente, a produção de alimentos expande-se independentemente do comportamento ou tendências do mercado, elevando-se à medida que a população que trabalha em lavouras de subsistência e a área de terra aumentam. Uma vez que os preços ao produtor são mantidos em baixo nível, não há incentivos para atrair a agricultura em grande escala para o setor que produz alimentos e esta situação preserva seu caráter não-capitalista. A explicação do aumento da oferta de alimentos ao setor urbano depende, por conseguinte, da compreensão do crescimento extensivo de uma economia camponesa de subsistência” (Brandão Lopes, 1973, p. 137). O autor frisa especificamente que os “compradores oligopsonistas” em ques-

tão são os donos da terra, que dessa maneira comercializam os excedentes de seus arrendatários.²⁵ Sá (1973) considera também as relações de troca entre produtor e proprietário-comerciante como a fonte da exploração. Analogamente, frisa ele a função múltipla do dono da terra ao prover o elo entre o sistema capitalista externo e unidades agrícolas em que prevalecem relações de produção não-capitalistas (Sá, 1973, pp. 142-43) .

O CEBRAP e as teses "ortodoxas" divergem profundamente na análise das adaptações impostas à estrutura agrária pelo aumento da demanda de excedentes alimentícios. Recapitulando brevemente, a tese "ortodoxa" é que as várias classes de produtores puderam participar dos ganhos de renda real gerados por preços urbanos mais altos dos alimentos e do aumento de especialização que decorre do acesso a mercados mais amplos. Além disso, produtores agrícolas individuais estabeleceriam relações diretas com compradores que operam em um sistema de comercialização complexo, diversificado (Forman e Reigelhaupt, 1970-a e 1970-b; Castro, 1971) . O aumento da comercialização, por conseguinte, criaria oportunidades gerais de lucro, propiciando diferenciação da economia camponesa e gradual penetração de modos capitalistas de produção. Essas proposições diferem frontalmente do modelo CEBRAP de mobilização do excedente. Pesquisa empírica mais detalhada sobre o processo de extração e transferência do excedente, no entanto, é necessária para esclarecer essas questões.

Esse desacordo sobre a integração econômica camponesa mal surpreende em vista da divergência mais fundamental sobre o modo de produção dominante. Embora a disputa não possa ser resolvida pela evidência sobre as relações de troca apenas, merece alguma atenção a articulação entre o setor rural e a economia regional mais ampla. Desde que o CEBRAP e os modelos de especialização descrevem-na de maneira conflitante, é interessante examinar as características regionais dos sistemas regionais de comercialização. Um ponto de partida conveniente, no particular, é a interpretação de Forman-

²⁵ Brandão Lopes reitera esse argumento em um trabalho não publicado: "Aspects of Agrarian Structure in Brazil" (1975) . Uma versão preliminar desse trabalho foi lida perante o Seminário de Assuntos Brasileiros, no Institute of Latin American Studies (Londres, abril de 1975) .

Reigelhaupt do desenvolvimento agrícola do Nordeste, uma vez que seu fundamento empírico deriva de estudos dos sistemas econômicos de intermediação. Essa análise destaca-se também como excelente contribuição ao debate que aqui vimos analisando. Passaremos em revista posteriormente as pesquisas empíricas sobre processos de comercialização rural no Nordeste.

4 — Integração econômica rural e comercialização agrícola

A análise de Forman e Reigelhaupt (F-R) foi apresentada em dois recentes trabalhos sobre sistemas regionais de comercialização (1970-a e 1970-b). Transformações fundamentais na posse e uso da terra são mais uma vez atribuídas a pressões geradas pela mobilização do excedente agrícola. Não obstante, F-R argumentam que a agricultura camponesa não reagiu adequadamente a esse desafio e encontra-se, no momento, em processo de extinção. A proposição empírica básica desses autores é formulada nos seguintes termos: “O que estamos hoje presenciando é a crescente comercialização da agricultura, alterando o papel do campesinato — de produtores em pequena escala a proletariado rural” (F-R, 1970-b, p. 115). Embora descrevam o Nordeste como uma “sociedade agrária em transição”, não explicitam os fundamentos teóricos dessa caracterização. Aparentemente, os autores não se referem à falta de dominância de um modo de produção.²⁶ “O camponês no Nordeste do Brasil opera no contexto de uma sociedade capitalista onde terra, trabalho e produto têm mercado” (F-R, 1970-a, p. 189). A transição em tela, por conseguinte, deve forçosamente envolver uma racionalização *dentro* de uma agricultura capitalista. Além disso, esse processo de ajustamento nos sistemas de produção seria determinado pela demanda comercial exógena, gerada em centros urbanos em expansão. “A modernização do setor distributivo da economia rural reflete-se

²⁶ Para uma discussão teórica da transição entre modos de produção, ver E. Balibar, “Elements for a Theory of Transition”, in L. Althusser e E. Balibar, *Reading Capital* (Londres: N.L.B., 1970).

em pressões sobre o sistema de produção, conduzindo à extirpação do campesinato” (F-R, 1970-b, p. 114) .

F-R, rejeitando a concepção marxista, afirmam e reafirmam a importância causal das relações de troca e dispensam-se do trabalho de analisar a estrutura do modo de produção. “... pode-se compreender melhor as economias camponesas mediante análise das redes de troca” (F-R, 1970-b, p. 100) . Ou, mais uma vez, “... desde a época colonial, o elemento isolado mais importante na transformação da sociedade rural brasileira foi e continua a ser a comercialização do setor agrícola” (F-R, 1970-b, p. 101) .²⁷ A tese geral de ambos, formulada com referência à experiência do Nordeste, é que “... o sistema de comercialização culminará na reestruturação do sistema de produção quando este último não for mais capaz de atender à demanda do consumidor” (F-R, 1970-a, p. 210) . Embora seja essencialmente uma variante do modelo de “especialização”, a análise de F-R distingue-se pela ênfase posta no fato de o crescimento e transformação rural ocorrerem no contexto de uma economia rural capitalista. Não há aqui sugestão de modos pré-capitalistas, vestígios de estruturas sociais feudais nem transição para o modo capitalista.

Declaram F-R que sua finalidade geral é esclarecer “... a natureza da articulação entre o setor agrícola e a sociedade nacional...” mediante investigação dos sistemas de comercialização rurais. O papel e integração econômica do campesinato em uma “economia nacional dinâmica” são revelados “... pela análise da feira rural dentro do sistema de comercialização em vias de racionalização...” (F-R, 1970-a, p. 189) . No caso específico do Nordeste, F-R concentram-se nos sistemas de comercialização de alimentos básicos e elaboram uma tipologia das feiras. Inicialmente, estudam o tradicional sistema rural de comercialização e descrevem os participantes e a organização da feira periódica. Esse enfoque reflete a premissa básica de que camponeses com controle empresarial de sua própria produção constituem uma grande fonte de abastecimento de alimentos para as cidades. De fato, “... o camponês sempre foi o principal produtor de

²⁷ F-R acompanham Frank, *op. cit.*, nesse destaque às relações de troca, e não nas de produção, ao definir o capitalismo. Para uma resenha recente dos trabalhos de Frank e das críticas às suas teses, ver D. Booth, “Andre Gunder Frank: An Introduction and Appreciation”, in I. Oxaal *et alii* (eds.), *op. cit.*

alimentos básicos” (F-R, 1970-a, p. 207) . Em agudo contraste com o CEBRAP, sugerem que numerosos produtores independentes, incluindo camponeses de porte pequeno e médio, estão em condições de lucrar com a crescente demanda urbana de alimentos. Essa hipótese e os efeitos diferenciais da expansão da produção sobre as várias classes rurais são básicos para a interpretação que Forman nos dá do descontentamento rural e da emergência das ligas camponesas nas décadas de 50 e 60.²⁸ O estudo da rede de feiras revela também a faixa de opções de venda abertas aos pequenos produtores camponeses. A este nível, deixam eles implícito que arranjos competitivos ou pelo menos que não têm conluio caracterizam o comércio de atacado e a varejo de alimentos básicos.

Argumentam em seguida que o Nordeste apresenta “... o fenômeno de um sistema ativo, crescentemente viável, de feiras rurais que, juntamente com seus participantes camponeses, encontra-se bem adiantado no caminho da extinção no mundo moderno” (F-R, 1970-a, p. 193) . Esse eclipse do sistema de comercialização camponês é atribuído à sua ineficiência na canalização da oferta de alimentos para centros urbanos em desenvolvimento. Alegam F-R que a rede de feiras está sendo superada devido às atividades de atacadistas urbanos, “... que estão rapidamente dominando o sistema de comercialização no Nordeste do Brasil” (F-R, 1970-a, p. 200) . O atacadista urbano, a figura-chave na análise de F-R, emerge com a crescente comercialização da agricultura e “... é o centro do sistema de comercialização racionalizado” (F-R, 1970-a, p. 201) . “Tradicionalmente, o produtor camponês entrava no sistema através da feira local, que constituía o ponto de partida da canalização do fluxo da produção primária. Atualmente, os alimentos básicos começaram a seguir o modelo das culturas comerciais de exportação no movimento de afunilamento do produtor para o consumidor através de grandes armazéns. Os atacadistas vão aos estabelecimentos e compram toda a produção. Desta maneira, as safras ladeiam a feira tradicional, que vem a servir principalmente como um mecanismo para o movimento horizontal de alimentos...” (F-R, 1970-a, p. 202) .

²⁸ S. Forman, “Disunity and Discontent: A Study of Peasant Political Movements in Brazil”, in *Journal of Latin American Studies*, vol. 3, n.º 1 (1971), pp. 3-24.

Essas mudanças seriam ocasionadas por elites comerciais urbanas "... atraídas para o sistema de comercialização pelos altos lucros dos intermediários" (F-R, 1970-a, p. 206). A hipótese crucial aqui é que o atacadista urbano se abastece inicialmente na feira, mas eventualmente passa a fazer compras diretas nos estabelecimentos aos produtores rurais. À medida que se desenvolve esse sistema, o intermediário rural perde seu tradicional papel na movimentação de alimentos para os grandes centros urbanos. A modernização da distribuição em grande escala, por conseguinte, reduziria a importância dos pequenos compradores locais e "a multiplicidade de intermediários" que operam no sistema tradicional de comercialização.²⁹ Citam F-R um estudo do sistema de comercialização de Recife em apoio da "tendência" para operações atacadistas em grande escala e um número menor de intermediários no fluxo rural-urbano de produtos alimentícios básicos.³⁰ Este último estudo e outra evidência fragmentária sobre os sistemas regionais de comercialização são estudados abaixo.

Formulam ainda F-R a hipótese adicional de que o ingresso de elites comerciais urbanas no sistema de comercialização "... atinge o próprio núcleo do sistema de posse e uso da terra" (F-R, 1970-a, p. 205). Em primeiro lugar, argumentam que isoladamente "os produtores rurais e os intermediários atomísticos" são incapazes de satisfazer às necessidades de alimentos de centros urbanos em expansão. Em segundo lugar, desde que a racionalização do sistema de comercialização implicaria investimentos em instalações mais intensivas em capital, que proporcionam economias de escala no manejo de grandes quantidades, os atacadistas prefeririam cada vez mais efetuar transações diretas com produtores em grande escala. "Com efeito, culturas alimentares transformaram-se em culturas comerciais e

²⁹ F-R reconhecem que a preferência por transações diretas atacadistas reforça as combinações de parceria, uma vez que o dono da terra tipicamente controla a comercialização da produção. Não obstante, deixam implícito que esta forma de posse da terra é mais importante na produção de produtos de exportação e grandes safras comerciais do que no tocante a alimentos básicos.

³⁰ LAMP (Latin American Market Planning Center), *Market Processes in the Recife Area of Northeast Brazil*, Research Report n.º 2 (East Lansing: Michigan State University, Latin American Studies Center, 1969).

os produtores que estão em condições de fazer grandes fornecimentos passam a ocupar uma posição econômica favorecida" (F-R, 1970-a, pp. 205-206). Esta vantagem das unidades produtoras maiores, conferida pelos modernos sistemas de comercialização, "... resultará em concentração ulterior dos latifúndios e no aumento da proletarianização das massas rurais" (F-R, 1970-a, p. 206). F-R descrevem, por conseguinte, uma desoladora perspectiva para o produtor rural em "uma economia rural altamente competitiva". Concluem dizendo que "os dados relativos ao Nordeste do Brasil sugerem que há um ponto em que a capitalização do setor distributivo da economia rural requer análogos investimentos de capital no setor de produção, conduzindo ao deslocamento ou transformação da população rural" (F-R, 1970-a, p. 207).

A análise e prognóstico da mudança estrutural na agricultura do Nordeste feitos por F-R chocam-se diretamente com a tese do CEBRAP. O modelo CEBRAP, por exemplo, retrata o abastecimento urbano de alimentos como a acumulação de "... inumeráveis pequenos excedentes dos minifúndios de subsistência" (Brandão Lopes, 1973, p. 137). Esse sistema, além disso, teria correspondido à tarefa de mobilizar o excedente agrícola e os modos não-capitalistas de produção permaneceriam dominantes. F-R, por outro lado, na mesma linha desenvolvida por Frank (1967), partem da premissa básica da existência de uma economia rural capitalista. Nessa economia, pressões comerciais sobre os sistemas de produção agrícola teriam sido intensificadas com a recente aceleração da urbanização, obrigando a ajustamentos na posse e uso da terra. Esse processo, em especial a modernização dos sistemas de comercialização, teria dado vantagens competitivas às grandes unidades produtivas, e não aos pequenos produtores rurais, até então a principal fonte de abastecimento de alimentos das cidades. Enquanto os autores do CEBRAP referem-se ao modo não-capitalista como responsável pelo isolamento dos produtores minifundiários das forças do mercado, F-R já lamentam o desaparecimento de um campesinato independente e orientado para o lucro. "Os estabelecimentos de camponeses são viáveis e competitivos como produtores de alimentos dada a rede de feiras como meio de distribuição de quantidades mínimas de

bens” (F-R, 1970-a, p. 206) . Não obstante, esse sistema tradicional teria sido incapaz de ajustar-se à escala crescente das necessidades urbanas de alimentos e das modernas práticas de comercialização. A conseqüente metamorfose do modo capitalista, segundo F-R, teria levado ao deslocamento dos produtores rurais e ao aceleração de sua proletarização. É difícil imaginar duas interpretações mais contrastantes da sociedade rural e da natureza da integração econômica do camponês.

5 — Sistemas regionais de comercialização e o controle empresarial: evidência parcial

A evidência sobre os sistemas regionais de comercialização revestem-se de óbvia relevância para duas cruciais questões inter-relacionadas nesse debate: o controle que os produtores conservam sobre a produção e as decisões de venda, e a transmissão dos incentivos de preço. A interpretação do CEBRAP é absolutamente inequívoca: “... compradores oligopsonistas impedem que os preços urbanos crescentes dos alimentos sejam transmitidos, sob a forma de preços mais altos (em termos reais), aos pequenos produtores. Na verdade, a produção de alimentos expande-se independentemente do comportamento cu tendências do mercado, elevando-se à medida que aumentam a população empenhada em lavouras de subsistência e a área de terra” (Brandão Lopes, 1973, p. 137) . Argumenta em seguida que desde que as funções de comerciante são tipicamente exercidas pelos donos de terra, os arrendatários são obrigados a vender-lhe o que produzem. Essa dominação permitiria a extração do excedente mediante emprego de coerção extra-econômica e, assim, explicaria a reprodução contínua de formas pré-capitalistas de organização.

A despeito de suas fortes hipóteses, F-R alinham evidência notavelmente escassa sobre os sistemas de comercialização. As generalizações que fazem para essa imensa região baseiam-se em observação

pessoal de um número limitado de feiras.³¹ O estudo do sistema de comercialização do Recife efetuado pelo LAMP (1969) constitui a segunda principal fonte de informação. Afinidades metodológicas são também visíveis na tipologia de intermediários e feiras, apresentada nos dois estudos. O levantamento do LAMP (1969) efetivamente fornece alguns exemplos de atividades atacadistas que ladeiam as feiras. Não obstante, a declaração de que o mesmo "... documenta amplamente esta tendência" (F-R, 1970-a, p. 204), não se justifica em absoluto. A esse respeito, não conseguem às vezes F-R indicar onde foi traçada a linha de demarcação entre análise e prognóstico. É bem possível que isso reflita a falta de uma análise claramente formulada da articulação entre a "rede tradicional de feiras" e "o sistema de comercialização em desenvolvimento". Serão os pequenos compradores locais e intermediários realmente "marginais" no atual sistema, conforme alegam F-R? Analogamente, é enganadora a referência à "dicotomia" entre os sistemas de comercialização. Os próprios Forman e Reigelhaupt admitem a existência de vários pontos de superposição e interação entre atacadistas urbanos e intermediários rurais. O inquérito do LAMP e outros estudos sugerem que é mais exato falar em novos elementos e agentes que se estão inserindo e sendo absorvidos pelo sistema tradicional de comercialização. Além disso, se a introdução de novas práticas de negócios significa que o sistema de comercialização interno não é mais inteiramente especificado pelo modelo hierárquico clássico, mais vital ainda se torna esclarecer inter-relações entre redes de comercialização. Dada a limitada informação empírica disponível, parece apressada e desnecessariamente dogmática a conclusão de que se trata de sistemas dicotômicos ou "fechados".

Cinco principais produtos básicos foram examinados no estudo do sistema de comercialização de Recife pelo LAMP nos anos de 1966/67: arroz, feijão, mandioca, algodão e leite. O inquérito foi parcial tanto em cobertura geográfica como em produtos agrícolas

³¹ Os resultados de campo de F-R baseiam-se na investigação de duas feiras que vendiam quatro alimentos básicos — milho, feijão, arroz e farinha de mandioca — no município de Guaiamu, no Estado de Alagoas. Mais tarde, dez feiras em uma área de três Estados foram pesquisadas a fim de abranger as zonas ecológicas do Agreste e do Sertão.

e não podemos considerar seus resultados como representativos de toda a região. Além disso, foi chamada a atenção para possíveis fontes de vieses e erros de amostragem. Em primeiro lugar, os “produtores rurais” foram identificados como donos de propriedades, e não operadores, o que exclui uma grande faixa de relações de posse da terra.³² A amostra, além disso, “. . . tende a incluir um número desproporcional de donos de terra de porte médio. . .” (LAMP, 1969, pp. 9-83) . Os autores referem-se também explicitamente às dificuldades encontradas na amostragem da população de pequenos intermediários e compradores, em especial motoristas de caminhão itinerantes (LAMP, 1969, pp. 9-13, e A-9-14) .

Os sistemas de comercialização do feijão foram investigados em duas principais zonas fornecedoras: Irecê, na Bahia, e uma área na fronteira entre os Estados de Alagoas e Pernambuco (AL-PE) . O sistema de Irecê é o mais moderno, notando-se número muito menor de intermediários e transações de maior volume, isso devido sobretudo às atividades de intermediários itinerantes. Os “coletadores”, carroceiros, tropeiros e numerosos pequenos compradores desapareceram do sistema de Irecê, embora ainda sobrevivam no canal AL-PE. Contudo, essas diferenças estruturais são, antes de mais nada, reflexo da primitiva rede de estradas rurais da área AL-PE. Reciprocamente, as características do canal de Irecê, em que F-R baseiam seus prognósticos, são determinadas pela maior acessibilidade dos estabelecimentos durante todo o ano, o que encoraja o ingresso no sistema dos camioneiros. A importância de tais compradores como “força modernizadora” nos mercados de produtos básicos é repetidamente salientada no estudo do LAMP. De modo geral, contudo, “existe uma grande variedade de tipo de compradores em ambas as áreas. . .” e “. . . é de muitas firmas a estrutura básica do mercado, que se caracteriza por grandes variações em tamanho dentro e entre as categorias” (LAMP, 1969, pp. 9-47) . Produtores grandes e pequenos são procurados por compradores competitivos e escolhem entre várias opções de venda .

Muitas dessas características estruturais, em especial a grande variedade de intermediários, caracterizam também os sistemas de comer-

³² A comercialização da safra produzida de acordo com o sistema de parceria foi especificamente excluída do estudo do LAMP, *op. cit.*

cialização de farinha de mandioca, arroz e algodão, embora cada um deles possua aspectos distintivos. Para os maquinistas locais, por exemplo, convergem os canais de distribuição de arroz. A feira rural continua a ser o principal ponto no tocante à farinha de mandioca e atrai virtualmente todos os tipos de intermediários. Mais uma vez, a qualidade das estradas vicinais parece constituir a maior influência sobre a diversidade das atividades de intermediação. Essa circunstância confirma a tese de F-R, mas a “tendência” para a modernização do setor distributivo rural ainda é apenas incipiente. Na verdade, o estudo do LAMP confirma a vitalidade dos numerosos elementos tradicionais existentes nos sistemas de comercialização de alimentos. Emerge também fortemente do quadro a natureza competitiva de tais sistemas, a grande variedade de intermediários e o fácil acesso dos produtores aos compradores e à informação de mercado. Nesses aspectos, o estudo do LAMP é coerente com o “modelo de especialização”.

Evidência ulterior sobre os sistemas de oferta de alimentos é fornecida pela série de estudos empreendidos pelo BNB e SUDENE em princípios da década de 60.³³ Curiosamente, essa fonte foi ignorada por F-R. Uma descrição sumária do sistema de Salvador destaca a importância crescente de dois tipos de intermediários relativamente aos agentes em comissão: compradores localizados nas zonas de produção e camioneiros. São de pequena importância as vendas diretas pelos produtores aos atacadistas de Salvador. O papel do caminhão é, mais uma vez, salientado como o elemento novo a modificar os tradicionais canais de distribuição.³⁴ O sistema de São

³³ Os comentários seguintes se baseiam em apenas dois volumes desta série, ora esgotada, onde se estudam os sistemas de abastecimento de alimentos de Salvador (Bahia) e de São Luís (Maranhão). Os volumes referentes a Recife, Campina Grande e Fortaleza não puderam ser obtidos por ocasião da redação deste trabalho. Ver BNB-SUDENE (Banco do Nordeste do Brasil — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), (a) *Suprimento de Gêneros Alimentícios da Cidade do Salvador* (Fortaleza, Ceará, 1965), (b) *Abastecimento de Gêneros Alimentícios da Cidade de São Luís* (Fortaleza, Ceará, 1965).

³⁴ O estudo referente a Salvador trata da crescente importância do caminhão na abertura de zonas de produção até agora inacessíveis aos principais centros consumidores. A zona de Irecê, na Chapada Diamantina, incluída no estudo do LAMP (1969), constitui uma das zonas citadas neste contexto.

Luis (MA) é complicado pela importância do arroz, atraindo intermediários especializados em grande escala que abastecem os mercados regional e nacional. No tocante a outros alimentos básicos, no entanto, esse sistema assemelha-se muito ao de Salvador (BNB-SUDENE, 1965-a e 1965-b) .

Um estudo mais amplo, baseado em uma amostra aleatória de 2.300 estabelecimentos em 38 municipalidades selecionadas, contribui com evidência adicional sobre a questão do controle empresarial.³⁵ Revela a pesquisa, realizada em 1966, que apenas 4% dos operadores-proprietários sofrem restrições à liberdade de vender sua produção, proporção essa que se eleva a 23% no tocante a moradores, 28% de arrendatários e 34% de parceiros. Esses resultados, no entanto, "... devem ser usados com cuidado". "Permitem-nos apenas afirmar que os sistemas predominantes de posse da terra no Nordeste não limitam diretamente, ou em qualquer grau significativo, o direito de vender a produção".³⁶ Informações desse tipo obscurecem a complexidade da situação e é perigoso generalizar tais resultados agregativos. "Em certas áreas, e no tocante a algumas culturas — em especial a do algodão — o morador ainda é obrigado a vender toda sua parcela da produção ao dono da terra" (Figueroa, 1973, p. 42) . Na sua opinião, a estrutura dos sistemas de distribuição impõe sérias limitações aos produtores em virtude de seu endêmico e agudo endividamento com os intermediários. O estudo do LAMP sobre o sistema de comercialização do algodão em Recife reforça esse achado no caso de pequenos produtores e parceiros.³⁷ Sampaio apresenta uma situação mais complexa, com uma tipologia da parceria e a

³⁵ SUDENE-UFPE, "Pesquisa sobre o Setor Agrícola no Nordeste" (Recife, 1969) , vários volumes, mimeo.

³⁶ M. Figueroa, *Cuestiones de Política Agrícola Regional — NE del Brasil* (Recife: MINTER/SUDENE, 1973) , p. 420.

³⁷ Para uma análise da dependência econômica, baseada em dados de pesquisa mais recentes relativos ao Rio Grande do Norte, um grande Estado produtor de algodão, ver G. P. Kutcher e P. L. Scandizzo, *Land Tenure, Employment and Farm Performance in Rio Grande do Norte*, Working Paper n.º RPO 273/XVII/1 (Washington, D.C., IBRD-DRC — Development Planning Division, 1974) .

identificação de vários canais associados de comercialização.³⁸ Confirma ele que os parceiros vendem em geral sua parte da principal cultura comercial ao dono da terra, mas sugere que isso raramente acontece no caso das culturas de subsistência. Esses produtos, que são consorciados com a principal cultura comercial ou de exportação, são geralmente vendidos pelo parceiro, embora, em alguns casos, a receita em dinheiro seja mais tarde dividida com o dono da terra.

Uma contribuição diferente embora correlata a esta discussão é dada por Carvalho,³⁹ que argumenta que a imperfeição dos mercados rurais concede margens excessivamente altas aos intermediários. Em conseqüência, os crescentes preços urbanos dos alimentos pouco se refletem nos que são pagos aos produtores. As margens distributivas são extensamente documentadas em recentes pesquisas da SUDENE sobre a distribuição de produtos hortigranjeiros e cereais em sete capitais estaduais do Nordeste.⁴⁰ Sugere igualmente Carvalho (1973) que “a integração vertical está ainda virtualmente ausente...” dos sistemas de comercialização de alimentos, embora motoristas de caminhão itinerantes e redes de supermercados urbanos “... possam constituir poderosas forças, em futuro próximo, na racionalização desses circuitos” (p. 130) .

Os estudos dos sistemas regionais de comercialização colidem geralmente com a proposição do CEBRAP, de que modos não-capitalistas prevalecem na produção de alimentos básicos. Essas fontes descrevem como atomística a estrutura desses sistemas, deixando implícito que os produtores rurais exercem considerável liberdade empresarial em resposta aos incentivos de mercado. Essas conclusões, no entanto, são vulneráveis à dúvida por várias razões, notadamente pela natureza parcial e fragmentária da evidência básica. Em particular, esses estudos não conseguem em absoluto traçar uma distinção adequada entre o comportamento de agricultores que ope-

³⁸ Y. Sampaio, “Modelos de Parceria em Agricultura de Consorciação no Nordeste do Brasil”, trabalho apresentado à reunião da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia — ANPEC (Belo Horizonte, 1974).

³⁹ O. Carvalho, *et al.*, *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste* (Brasília: MINTER, 1973) .

⁴⁰ SUDENE, *Aspectos da Comercialização de Produtos Hortifrutigranjeiros e Cereais* (Recife, 1974), vários volumes.

ram sob diferentes arranjos de posse da terra. O principal motivo de dificuldade é que essas pesquisas se baseiam geralmente em unidades de propriedade, tirando-se as amostras dos registros de títulos.⁴¹ O procedimento, por conseguinte, omite numerosas unidades produtivas. O inquérito do LAMP, por exemplo, explicitamente exclui a parceria e outras formas de moradia. Os estudos do BNB-SUDENE ignoram em geral decisões da unidade rural e focalizam-se em práticas de compras rurais e estruturas atacadistas urbanas.⁴² Carecemos também de qualquer base razoável para estimar a contribuição relativa de diferentes classes rurais aos fluxos de alimentos básicos que ingressam nos sistemas de comercialização regionais. Nessas circunstâncias, seria temerário tentar uma categorização geral do comportamento de comercialização rural no Nordeste.

6 — Oferta de trabalho, estrutura de posse da terra e proletarização

Esta descrição da análise de F-R e de estudos de comercialização regionais dão um bom exemplo da grande diversidade de opiniões no atual debate. Essas fontes descrevem também as relações entre as economias rurais locais e o setor capitalista urbano, embora em termos gerais e incompletos. A análise dos mecanismos mediante os quais o excedente agrícola é mobilizado e canalizado para as áreas urbanas constitui evidentemente um promissor e relevante campo para mais pesquisa detalhada.⁴³ Não obstante, as características das

⁴¹ O levantamento rural em grande escala recentemente efetuado pela SUDENE e IBRD segue esta prática, tendo utilizado o cadastro de 1972 do INCRA. G. P. Kutcher e P. L. Scandizzo, *Northeast Brazil Regional Studies Project: Sampling Procedures*, Working Paper n.º RPO 273/XII/1 (Washington, D.C.: IBRD-DRC — Development Planning Division, 1974), discutem os métodos adotados para atenuar os problemas criados pela diferença entre propriedade e unidades empresariais.

⁴² O interesse pelos segmentos urbanos dos canais de distribuição é ainda mais pronunciado nas séries de estudos sobre abastecimento de alimentos, publicados pela SUDENE-UFPE, *Abastecimento Alimentar no Nordeste Urbano*, Série Pesquisas 1-5 (Recife: Convênio SUDENE-UFPE, 1974).

⁴³ N. Long, "Structural Dependency, Modes of Production and Economic Brokerage in Rural Peru", in I. Oxaal, *et al.* (eds.), *op. cit.*

relações de troca e das redes de intermediação só podem fornecer evidência secundária sobre a questão básica em discussão. Consolidou o crescimento agrícola recente os modos pré-capitalistas ou fez-se acompanhar pela penetração crescente de relações de produção capitalistas? O presente ensaio nenhuma pretensão tem de oferecer uma resposta definitiva à questão. Muito ao contrário, a base empírica disponível, seja de detalhados estudos de campo seja de fontes oficiais, é inteiramente inadequada para essa finalidade. Os dados mostram-se seriamente deficientes para a análise da dinâmica da estrutura agrária a nível regional e diferentes fontes apóiam interpretações conflitantes da situação em corte longitudinal. Na discussão abaixo, examinaremos algumas dificuldades de interpretação criadas pelos dados sobre a oferta de trabalho, estrutura de posse e uso da terra e relações de trabalho, que exercem influência direta sobre pontos controversos do atual debate.

6.1 — Oferta de mão-de-obra rural

O modelo CEBRAP considera a crescente pressão demográfica nas áreas rurais como principal razão da reprodução contínua dos minifúndios no Nordeste. A pressão teria várias origens e se relacionaria com mudanças nos padrões migratórios. O volume de emigração líquida do Nordeste declinou de 1,8 milhão na década de 50 para 1,2 milhão na de 60 (Graham e Holanda, 1971, p. 98). Alega-se que os fluxos migratórios inter-regionais mudaram também com a extensão da legislação trabalhista às zonas rurais, em especial aos engenhos e usinas da zona da mata. Essa mudança teria acelerado a expulsão dos moradores das *plantations*, criando uma reserva de mão-de-obra assalariada rural. Em consequência, foram restringidas as oportunidades de emprego sazonal nas *plantations*, previamente abertas à mão-de-obra migratória originária de pequenas propriedades e minifúndios do Agreste. Com a perda dessa fonte de renda suplementar, esses contingentes do agreste foram forçados a aceitar combinações de arrendamento em latifúndios. Um processo diferente provocou resultado análogo nas antigas terras da fronteira do Maranhão, que atraíram grande número de migrantes durante a década de 50. Esses migrantes, que com

freqüência se estabeleceram como posseiros em terras devolutas, ou foram expulsos ou absorvidos como trabalhadores dependentes e arrendatários nos latifúndios à medida que a construção de estradas e a maior atividade comercial elevavam o valor das terras. "Por todas essas razões, a pressão sobre a terra exercida pelos minifundiários camponeses parece ter encontrado sua principal 'válvula de escape' no aluguel de pequenos sítios dentro de latifúndios" (Brandão Lopes, 1973, p. 139) .

Tentativas de submeter a teste essas hipóteses, ainda que da forma a mais superficial, são impossibilitadas por dificuldades estatísticas. Não obstante, a relação postulada no modelo CEBRAP entre crescimento da população rural e expansão dos minifúndios é vulnerável à dúvida. A lenta e declinante taxa de crescimento da força de trabalho rural é a principal dificuldade à tal interpretação. Estimativas do censo demográfico mencionam uma taxa média anual de 1,1% nos anos 1950/70 e de 0,4% na década de 60. Em termos absolutos, a força de trabalho agrícola aumentou em 814 milheiros na década de 50 e em 211 milheiros na década seguinte. O crescimento demográfico urbano superou de longe o da população total, apresentando a média de 4,7% entre 1950 e 1970 e 4,5% na década de 60.⁴⁴ Estimativas empíricas indicam que a emigração rural para áreas urbanas do Nordeste atingiu 1,8 milhão na década de 50 e 2,1 milhões na de 60. À vista dessa evidência, é de se concluir que a migração rural-urbana dentro da região constitui ainda uma "válvula de segurança" muito importante para a pressão da população rural.

Não obstante, o problema inteiro é complicado por estimativas alternativas da força de trabalho rural constantes do censo agrícola. Devido a uma grande variedade de divergências conceituais básicas, incluindo a unidade de enumeração e o tratamento dado a trabalhadores familiares não remunerados, essas estimativas excedem por uma larga margem os números do censo demográfico. A discrepância importou em 1,6 milhão em 1960 e 2,6 milhões em 1970. Se o censo agrícola for usado, o crescimento da força de trabalho agrí-

⁴⁴ Os dados do *Censo Demográfico* acusam para o total da população do Nordeste taxas médias de crescimento anual de 2,2 e 2,5% nas décadas de 50 e 60, respectivamente.

cola será de 3% no período 1950/70, com uma média de 4,4% na década de 50 e de 1,6% na de 60. As causas dessa vertiginosa queda, que, aliás, debilitam muito a argumentação do CEBRAP, não são imediatamente visíveis. Infelizmente, a reconciliação dessas fontes alternativas requer vastos ajustamentos conceituais e a manipulação arbitrária de categorias ocupacionais.⁴⁵ A origem da pressão populacional alegadamente subjacente ao crescimento dos minifúndios deve, por conseguinte, continuar como um enigma.⁴⁶

6.2 — Sistema de posse da terra e estrutura ocupacional

Em um nível muito geral, é relativamente fácil caracterizar as classes sócio-econômicas da sociedade rural do Nordeste. Podemos identificar, no particular, três grandes camadas: uma classe superior de grandes e médios proprietários de terra, assalariados sem terra e camponeses, compreendendo estes últimos pequenos operadores-proprietários, principalmente minifundiários, e produtores sujeitos às várias combinações de arrendamento e parceria. Um estudo recente baseado em uma pesquisa de dados rurais relativos à região semi-árida (Agreste) distingue três subgrupos dentro da classe dos grandes proprietários.⁴⁷ Os senhores de terra “tradicionais” possuem propriedades subutilizadas, usam quase inteiramente mão-de-obra

⁴⁵ CIDA (Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola), *Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Sócio-Econômico do Setor Agrícola — Brasil* (Washington, D.C.: Pan-American Union, 1966); M. A. Costa, “Aspectos Demográficos da População Economicamente Ativa” (Rio de Janeiro: MINIPLAN/IPEA, 1968), mimeo, e “Aspectos Econômicos e Demográficos da Mão-de-Obra no Brasil, 1940/60” (Rio de Janeiro: MNIPLAN/IPEA, 1969), mimeo; M. Sund, “Land Tenure and Economic Performance of Agricultural Establishments in Northeast Brazil”, Research Report n.º 17 (Madison: University of Wisconsin, Land Tenure Centre, 1956); e G. F. Patrick, *op. cit.*

⁴⁶ Este enigma é ainda mais difícil de solucionar porque os resultados preliminares do *Censo Agrícola de 1970* indicam um aumento *absoluto* maior da força de trabalho empregada em propriedades de menos de dez hectares do que da força de trabalho rural *total*.

⁴⁷ IBRD (International Bank for Reconstruction and Development), “Rural Development Issues and Options in Northeast Brazil” (Washington, D. C., 1975), mimeo.

dependente, em especial moradores e parceiros, e conservam fortes laços personalísticos com a força de trabalho.⁴⁸ Os proprietários “em transição” são mais orientados comercialmente e utilizam mão-de-obra dependente e trabalho livre assalariado, embora continuem ainda mais importantes as formas pré-capitalistas de exploração, notadamente a parceria. O terceiro grupo, constituído principalmente de proprietários “comerciais”, emprega mão-de-obra assalariada livre, embora ainda continue a achar vantagem em manter relações de trabalho pré-capitalistas. A tipologia em causa proporciona uma categorização longitudinal (*cross-section*) dos donos de terra e sugere que se superpõem e coexistem diferentes modos de produção. Não obstante, a despeito da progressão linear implícita na terminologia empregada, nenhuma análise é feita para indicar a dinâmica da transição entre esses modos.⁴⁹

A falta de dados coerentes, irrefutáveis, é agudamente sentida quando se analisam tendências e características da diferenciação entre os camponeses. A distribuição por tamanho dos estabelecimentos agrícolas pode ser usada para essa finalidade, muito embora sejam necessárias medidas mais sutis para captar mudanças dentro dos estratos sociais (Tabela 1). Assim, embora a inferência pareça razoável a este nível agregativo, será enganador, sem o emprego de outros critérios, descrever os operadores de estabelecimentos na faixa de tamanho de 10 a 50 hectares como camponeses “remediados” ou “ricos”. Esses proprietários certamente se diferenciam dos minifundiários, contudo, desde que se incluem no decil de 85-95% da distribuição da renda rural (IBRD, 1975). Já chamamos a atenção, aliás, para a acentuada concentração da propriedade da terra e a crescente fragmentação de pequenos estabelecimentos de menos de 10 hectares. Dentro dessa categoria de minifúndio pobre, o processo tornou-se agudo em estabelecimentos de menos de dois hectares. Tais unidades aumentaram em 407 mil na década de 60, explicando 50,5% de todos os novos estabelecimentos, mas apenas 3,2% das novas ter-

⁴⁸ A. W. Johnson, *Sharecroppers of the Sertão: Economics and Dependence on a Brazilian Plantation* (Stanford: Stanford University Press, 1971).

⁴⁹ O estudo do IBRD, *op. cit.*, da região interiorana semi-árida distribui a área plantada por esses tipos de senhores de terras da seguinte maneira: “tradicionais” (48%), “em transição” (38%) e “comerciais” (14%).

ras agrícolas. Unidades de menos de dois hectares representavam 34% do total dos estabelecimentos, mas cultivavam apenas 1% da área total em 1970 (Tabela 2). Além disso, os dados do Censo Demográfico de 1970 indicam que essas unidades absorveram 24% da força de trabalho rural.⁵⁰

TABELA 2
Estabelecimentos tipo minifúndio de menos de dez hectares — 1960 e 1970

Tamanho do Estabelecimento	Percentagem do Total de Estabelecimentos Agrícolas		Percentagem da Área Total em Cultivo		Percentagem da Força de Trabalho Total	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970
Menos de 1 hectare.....	8,1	15,8	0,1	0,3	4,3	10,3
1 mas menos de 2 hectares.....	16,4	18,3	0,5	0,7	10,3	13,9
2 mas menos de 5 hectares.....	25,0	22,4	1,7	2,1	19,3	19,8
5 mas menos de 10 hectares.....	12,5	11,8	2,0	2,4	11,4	11,7
Total de menos de 10 hectares.....	61,7	68,3	4,3	5,3	45,3	55,7

FONTE: Dados do *Censo Agrícola*.

Unidades de produção de menos de dois hectares, embora enumeradas no censo como operadas independentemente, são pequenas demais para prover a subsistência da família. Os responsáveis por essas unidades, sejam eles proprietários, parceiros ou arrendatários, são forçados a vender seu trabalho contra pagamento em dinheiro ou espécie. Em termos apriorísticos, esse substancial contingente de operadores independentes é inegavelmente funcional para os modos pré-capitalista e capitalista de produção quando se trata de atender às necessidades temporárias ou sazonais de mão-de-obra. Realmente, tem sido com freqüência observada a interdependência funcional entre minifúndio camponês e grandes fazendas, interdependência essa baseada em modos pré-capitalista e capitalista de

⁵⁰ Não se deve esquecer, contudo, o problema referido na nota 46.

produção (Laclau, 1971; Long, 1975). A intrincada teia de interações entre grupos sócio-econômicos e seu envolvimento em diferentes relações de produção são também exemplificados pelo emprego substancial de assalariados por agricultores pobres que operam minifúndios. Em 1950, 19% da mão-de-obra assalariada sem terra foram utilizados em estabelecimentos de menos de dez hectares, proporção esta que subiu para 23% em 1960.⁵¹

A estrutura ocupacional rural e as formas de posse e uso da terra sugerem também a coexistência de diferentes modos de produção, embora esses dados sejam reconhecidamente complexos. Destarte, uma análise recente de um levantamento rural observa que “operadores-proprietários de estabelecimentos muito pequenos são, com freqüência, parceiros ou moradores de outras fazendas...” e “... a diferenciação entre parceiros e moradores (também) é amiúde difícil: um parceiro pode administrar parte da fazenda além do sítio em que é meeiro e moradores não raro compartilham da produção da fazenda como parte de sua remuneração” (Kutcher e Scandizzo, 1974-b, p. 3). A grande superposição entre grupos ocupacionais e sistemas de posse e uso da terra, bem como as freqüentes mudanças na maneira como são enumerados no censo, militam contra uma análise empírica das relações sociais de produção na agricultura. As atuais fontes empíricas não nos permitem distinguir a dominação de um determinado modo de produção ou formações sociais de transição (Balibar, 1970).

Essas dificuldades podem ser ilustradas pelo tratamento dado às formas pré-capitalistas de posse e uso da terra, como a parceria, por fontes alternativas. A parceria é a forma mais geral de relação de posse segundo uma investigação recente, absorvendo um quinto da força de trabalho rural (IBRD, 1975). Essa estimativa é obtida aplicando-se pesos ocupacionais retirados dos dados da pesquisa à população ativa constante do Censo Agrícola de 1970. Sugere também a mesma fonte que as formas pré-capitalistas de posse e uso controlam a maior parte das terras em cultivo (Tabela 3). Não obstante, uma estrutura ocupacional e de posse da terra radicalmente diferente emerge do censo de 1970, que enumera os estabe-

⁵¹ SUDENE, “Estudos Preliminares do Setor Agrícola do Nordeste”, in *Boletim Econômico da SUDENE*, vol. V, n.º 1 (1969), pp. 7-96.

lecimentos rurais sob administração autônoma. Unidades operadas pelo próprio dono constituem 56,8% de todos os estabelecimentos,⁵² e controlam 89,3% da área total sob cultivo (Tabela 3). O tamanho dos grupos ocupacionais pode ser estimado indiretamente, supondo-se que cada estabelecimento é controlado por uma única família composta de dois trabalhadores.⁵³ A força de trabalho rural pode ser distribuída da seguinte maneira: trabalhadores sem terra e trabalhadores familiares não remunerados (43,3%), operadores-proprietários (32,2%), posseiros (12%), arrendatários (9,7%) e parceiros (2,8%). É difícil saber por onde começar para reconciliar essas diferenças tão gritantes.

TABELA 3

Distribuição da força de trabalho agrícola e área em cultivo em 1970, segundo grandes grupos de posse da terra e grupos ocupacionais (%)

Grupos de Posse da Terra e Grupos Ocupacionais	Força de Trabalho		Área Controlada por Grandes Grupos de Posse	
	IBRD	Censo Agrícola	IBRD	Censo Agrícola
Proprietários-Operadores.....	16,1	32,2	38,3	89,3
Parceiros.....	21,5	2,8	25,3	1,6
Moradores.....	14,9	—	} 36,4	} 6,1
Posseiros.....	6,3	12,0		
Arrendatários.....	4,8	9,7	} 43,3	} 3,0
Trabalho Assalariado.....	36,4	—		
Trabalhadores Familiares não Remunerados.....	—	—		

FONTE: IBRD (1975) e estimativas extraídas de dados sobre os estabelecimentos, constantes do *Censo Agrícola de 1970*.

A análise das alterações intercensitárias na estrutura de posse e uso da terra coloca problemas semelhantes. No Censo Agrícola de

⁵² Aproximadamente 50% dos estabelecimentos a cargo de operadores-proprietários têm menos de dez hectares.

⁵³ Os resultados preliminares do Censo Agrícola de 1970 não estabelecem distinção entre assalariados e trabalhadores familiares não remunerados.

1940, por exemplo, os parceiros não foram enumerados separadamente, mas contados em conjunto com os arrendatários, sob a alegação de que não exercem uma autonomia na produção. Conforme se comenta em uma pesquisa recente, "Em numerosos casos, tal autonomia é praticamente inexistente, tornando-os assemelhados a trabalhadores assalariados" (SUDENE, 1969, p. 25). Estimativas de censos agrícolas posteriores indicam que a parceria declinou acentuadamente como a principal forma de posse e uso da terra, notadamente durante a década de 60 (Tabela 4). Reciprocamente, o número de arrendatários aumentou tanto em termos relativos quanto absolutos. A distinção entre as duas categorias pode ser muito sutil, no entanto, em especial desde que os contratos de arrendamento podem permitir pagamentos em espécie (Patrick, 1972). Na prática, parece que o critério é o de os arrendatários pagarem uma soma fixa, enquanto os pagamentos feitos pelos parceiros flutuam segundo o nível da produção (Sund, 1965; SUDENE, 1969). Variações na importância dos pagamentos monetários, em serviços de trabalho e trocas em espécie podem igualmente distorcer a enumeração de outras categorias funcionais, tais como parceiros, moradores e trabalhadores assalariados (Sá, 1973).

TABELA 4

Distribuição da força de trabalho agrícola por grupos de posse da terra e grupos ocupacionais — 1950/70 ('000)

Grupos de Posse da Terra e Grupos Ocupacionais	Números Absolutos ('000)			Porcentagens		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Proprietários-Operadores e Administradores.....	634,2	959,8	1 256,7	15,8	14,6	16,1
(a) Proprietários-Operadores.....	609,8	884,5	—	14,1	13,5	—
(b) Administradores.....	54,4	75,3	—	1,2	1,1	—
Arrendatários.....	84,3	272,5	377,9	1,9	4,2	4,8
Ocupantes.....	96,2	175,7	467,5	2,2	2,7	6,0
Parceiros.....	326,6	388,8	110,3	7,5	5,9	1,4
Trabalhadores Familiares não Remunerados.....	1 615,9	2 820,7	—	37,3	43,0	—
Assalariados.....	1 547,9	1 950,4	—	35,7	29,7	—
(a) Permanentes.....	375,0	378,5	5 602,3	8,6	5,8	71,7
(b) Temporários.....	1 172,6	1 571,9	—	27,1	23,9	—
Força de Trabalho Total.....	4 334,8	6 567,8	7 814,7	100,0	100,0	100,0

FONTES: 1950 e 1960: SUDENE (1969), baseada em dados do Censo Agrícola.
1970: *Censo Agrícola* (Sinopse Preliminar).

Esse declínio do sistema de parceria, revelado pelo censo, é analisado por Sá em termos mais específicos (1973). Tradicionalmente, a forma mais comum de parceria no Nordeste era a de meação. De acordo com tal combinação, o meeiro devia cultivar e colher uma cultura comercial em terra previamente desmatada por diaristas, conservando metade da produção. Diz Sá que o meeiro tinha costumeiramente liberdade de dispor das safras de alimentos básicos que consorciava com a principal cultura comercial. De acordo com o sistema, o parceiro auferiria consideráveis benefícios com o crescimento da demanda urbana de alimentos após a guerra. Não obstante, Sá argumenta que os ganhos reais de renda foram severamente restringidos pela maneira como os donos de terra reagiram a essas oportunidades de mercado. A resposta assumiu várias formas, mas foi bem clara a finalidade básica dupla da mesma, isto é, reduzir a participação da remuneração do trabalho na produção e eliminar os sistemas de tenência e relações de trabalho que tolhiam a liberdade dos proprietários de usar a terra a seu bel-prazer. Uma dessas reações envolveu a adoção de relações de trabalho capitalistas, substituindo parceiros e moradores por mão-de-obra assalariada, temporária. Em ambos os casos, os direitos consuetudinários de acesso do trabalhador à terra foram rompidos, juntamente com a rede de lealdades e obrigações entre dono da terra e trabalhador. Ocorreu uma mudança intermediária nos casos em que os moradores foram privados de seus sítios mas permaneceram como trabalhadores assalariados. Em áreas onde sobreviveu a meação, os contratos foram habitualmente revisados a fim de ampliar os termos da parceria da principal safra comercial de modo a abranger também os alimentos.

Não obstante, Sá considera a sublocação de propriedades de tamanho grande e médio como a mudança mais importante ocorrida nos padrões de posse e uso da terra no pós-guerra. Em consequência, aumentou em importância relativa o número de arrendatários às expensas dos demais grupos, em especial dos parceiros. "Atualmente, a parceria é ainda encontrada em geral apenas nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte..." (Sá, 1973, p. 135).⁵⁴

⁵⁴ M. Sund, *op. cit.*, observa também a falta de uniformidade na distribuição espacial das principais categorias de posse e uso da terra.

Por falta de dados sobre os diferentes tipos de arrendamento, não pôde Sá estabelecer empiricamente uma distinção entre as formas modernas de agricultura de arrendamento e as "atrasadas", requerendo pagamento em espécie ou em trabalho. Este último tipo de arrendamento é cada vez mais comum em propriedades onde se faz plantio misto no Agreste de Pernambuco. Juntamente com essas modificações nos padrões de tenência, numerosos donos de terra assumiram funções de intermediação nos mercados de produtos primários e de crédito. Os vários ajustamentos em causa permitiram aos donos de terra apropriarem uma parcela maior do excedente em um período de crescente atividade comercial.

O aumento absoluto e relativo do número de arrendatários na década de 50 encontra cabal confirmação nos dados do censo (Tabela 4). De fato, o número de arrendatários mais do que duplicou. Ainda assim, o maior aumento absoluto ocorreu na categoria operador-proprietário, aumento esse que sozinho excedeu o número total de arrendatários em 1960. A visível mudança para o sistema de arrendamento pode refletir também a enumeração mais rigorosa dessa categoria no censo de 1960 (Patrick, 1972, p. 118). Mais importante ainda, essa tendência enfraqueceu-se visivelmente durante a década de 60 e não mais ameaça a preeminência da categoria operador-proprietário. Alega ainda Sá que o aumento do arrendamento é o mecanismo que põe "... a agricultura do Nordeste no caminho da restauração do complexo latifúndio-minifúndio" (Sá, 1973, p. 142).⁵⁵ O palpável declínio da classe de arrendatário, observado na década de 60, sugere que os grandes latifúndios podem estar explorando vários caminhos alternativos de sobrevivência, incluindo o recurso a relações capitalistas com a força de trabalho atualmente concentrada nos minifúndios de operadores-proprietários.

⁵⁵ Conforme reconhece explicitamente Sá, *op. cit.*, esta interpretação repousa na suposição crítica de que a expansão do arrendamento se concentra em propriedades grandes e médias. Não obstante, a sublocação pode igualmente constituir um dos aspectos do processo de fragmentação observado nos minifúndios. Atualmente, não há maneira de esclarecer empiricamente tais questões.

6.3 — Proletarização

Um dos pontos fortes da interpretação de Sá é o estudo explícito das variações espaciais nas relações de posse e uso da terra e de trabalho. Reconhece ele que o processo de penetração comercial não se faz através de um contínuo simples, mas reage a diferenças em fatores locacionais particulares, tais como acessibilidade, oferta de mão-de-obra, composição das culturas e condições naturais. Por essas razões, a incorporação das áreas rurais ao sistema mais amplo de mercado é, *inter alia*, específico, e variável a resposta ao “impulso incorporativo”.⁵⁶ Desenvolvendo-se o processo, é improvável que a estrutura agrária apresente características uniformes e, talvez por isso mesmo, Sá evita a armadilha da categorização dogmática. A sua análise demonstra a resistência das relações de trabalho pré-capitalistas, tal como a parceria, em áreas que produzem algodão arbóreo, bem como em formas arcaicas de produção. Observa ele a tenacidade do latifúndio, embora o dono da terra evolua cada vez mais para o *status* de capitalista, sublocando a terra a pequenos arrendatários e explorando sua posição de comprador monopsonista e usurário.

Observou ainda Sá incipientes indícios de proletarização agrícola no crescimento relativo de sistemas de arrendamento e de grupos ocupacionais que mantêm com o solo apenas laços tênues e mal definidos. Este processo é mais óbvio nos casos em que moradores e parceiros estão sendo substituídos por trabalhadores assalariados temporários, ou diaristas, que moram fora da fazenda, em pequenas cidades e povoados. Não obstante, ele pode ser observado também na substituição de formas mais permanentes de posse, com direitos costumeiros de acesso à terra, pelo sistema de arrendamento. No Nordeste, o arrendamento é uma relação de curto prazo e insegura de tenência, caracterizada pelo “... divórcio entre o homem e a terra” (Sá, 1973, p. 138) .

⁵⁶ A. Pearse, “Metropolis and Peasant: The Expansion of the Urban-Industrial Complex and the Changing Rural Structure”, in T. Shanin (ed.), *Peasants and Peasant Societies* (Harmondsworth: Penguin Books Ltd., 1968) .

Embora Sá estude o emprego do trabalho assalariado na agricultura de mercado, a sua atenção se concentra na expansão do arrendamento, que ele considera como convincente evidência de que as relações pré-capitalistas estão sendo reproduzidas no Nordeste rural. Essa convicção pode explicar porque ele não se demora na questão da proletarização, isto é, a criação de uma força de trabalho assalariado livre, independente. O tratamento escasso, excludente, desse problema, no entanto, debilita seriamente a sua análise. É ilustrativa, a propósito, a discussão da mudança das categorias de moradores para trabalho temporário assalariado. Sá simplesmente chega à ousada e ambígua conclusão de que isso denota "... a evolução da economia na direção de formas mais puramente capitalistas de emprego..." (Sá, 1973, p. 136). São ignoradas, na maior parte, as circunstâncias e extensão dessa transição e interação entre tais "formas" e os sistemas pré-capitalistas de produção.

A omissão é complementada pela pobreza geral de evidência empírica e pesquisa sobre o trabalho assalariado no Nordeste rural. Poucas são as estimativas disponíveis mesmo a nível agregado, e a força de trabalho engajada em emprego assalariado de tempo integral, aliás, não é apresentada nas tabulações preliminares do censo agrícola de 1970 (Tabelas 3 e 4). A pesquisa do IBRD (1975) sugere que 36% da força de trabalho rural se inclui na categoria de trabalho assalariado, com 26% desses trabalhadores residindo fora da fazenda. Naturalmente, a existência de trabalhadores sem terra e o emprego assalariado não proporcionam evidência irrefutável de que relações capitalistas prevalecem nos mercados de trabalho rurais. Esses mercados abrangem uma grande variedade de relações de trabalho, incluindo aqueles, envolvendo remuneração monetária, que são ainda essencialmente de natureza pré-capitalista. Grupos ocupacionais, como o dos moradores, embora cada vez mais recebam salários em dinheiro, permanecem de muitas maneiras dependentes do dono da terra. As atividades polivalentes dos trabalhadores rurais, notadas no sistema de posse e uso da terra, introduzem ainda mais dificuldades. Pequenos operadores-proprietários que empregam trabalho assalariado durante o ciclo agrícola podem trocar de papel

em outras ocasiões e procurar trabalho assalariado. Os mercados de trabalho rurais, por conseguinte, exibem um complexo espectro de relações livres e dependentes entre empregador e trabalhador.

Essa justaposição de papéis e relações no mercado de trabalho sugere que é improvável que dados agregativos sobre emprego assalariado forneçam medidas seguras da proletarização rural.⁵⁷ Este ponto é decisivo para o presente debate, uma vez que a emergência de um mercado de trabalho livre, com a força de trabalho transformada em mercadoria, forma a base da produção capitalista. É necessário determinar se o emprego assalariado indicado no censo agrícola significa, de fato, a existência de relações capitalistas de produção, em especial no setor de produtos alimentícios básicos. A carência de pesquisa especificamente concentrada nesse problema constitui uma conspícua e lamentável omissão no estudo da economia e sociedade rurais do Nordeste.⁵⁸

7 — Conclusão

Embora as interpretações do CEBRAP e de F-R coloquem algumas importantes características sob luz mais clara, em última instância nenhuma delas consegue oferecer uma análise convincente da es-

⁵⁷ M. R. Redclift, "The 'Proletarianisation' of the Latin American Peasantry: A Theory in Search of the Facts" (1975), não publicado.

⁵⁸ Há certo volume de pesquisa de campo que se aplica a esta questão, notadamente a realizada pelo CIDA, *op. cit.*, e por W. H. Nicholls e R. M. Paiva, *Ninety-nine Fazendas: The Structure and Productivity of Brazilian Agriculture, 1963* (Nashville: Vanderbilt University, Center for Latin American Studies, 1966/67), mas ela não é a preocupação principal das mesmas. Certo volume de evidência fragmentária sobre as relações de trabalho é comunicado por W. H. Nicholls, "Changes in the Agricultural Economy of the Brazilian Northeast, 1963-73", trabalho não publicado, apresentado à Conferência sobre o Nordeste Brasileiro (Racine: Wisconsin, 1974), nos casos de estabelecimentos rurais selecionados em Caruaru (PE), Crato (CE) e Caxias (MA). Este trabalho mais recente se reveste de interesse especial, uma vez que são analisadas mudanças ocorridas em áreas e estabelecimentos rurais abrangidos pela pesquisa mais antiga de Nicholls-Paiva. Infelizmente, é impossível generalizar tais tendências para toda a região Nordeste.

estrutura agrária do Nordeste. Essa deficiência pode ser atribuída a uma notável característica de que compartilham: afirmam ambas *a priori* que a formação social em questão resulta de um único modo de produção. A sociedade rural do Nordeste é rotulada de "capitalista" e "pré-capitalista" mas nenhum dos dois modelos demonstra convincentemente a validade de sua respectiva caracterização via rigorosa análise das forças produtivas e relações sociais de produção. Ambos os modelos "aplicam" mecanicamente o conceito de modo de produção à estrutura sócio-econômica e, assim, o problema básico, ou processo que modela a estrutura agrária, não é submetido a detalhado escrutínio analítico. O modo predominante de produção é identificado por uma suposição prévia, e não por análise teórica e empírica. A mesma premissa exclui também de estudo as possíveis articulações dos diferentes modos, dominantes e subordinados, e a influência que essas combinações exercem sobre a estrutura social sob observação.⁵⁹ Em conseqüência, o CEBRAP e F-R não apenas fornecem especificações incompletas da estrutura agrária, mas estabelecem também um falso dilema entre modos capitalista e pré-capitalista.

O CEBRAP insiste, com toda razão, na persistência de relações pré-capitalistas de produção, mas estuda apenas superficialmente os setores de operadores-proprietários e de emprego assalariado. Na verdade, a sua análise se concentra principalmente em categorias menos importantes de posse e uso da terra e negligencia a interdependência entre diferentes modos de produção. A análise de F-R é prejudicada por uma aceitação pouco crítica do esquema frankiano e sua conseqüente incapacidade de levar em conta a articulação dos sistemas de produção e a especificidade da estrutura econômica do Nordeste. Não implica isto pôr em dúvida a importância das relações de troca ou mercado, mas perguntar se elas penetraram ou não na esfera da produção e constituem as bases das relações que

⁵⁹ Contribuições recentes para a literatura sobre a articulação dos modos de produção são resenhadas por J. Taylor, "Marxism and Anthropology", in *Economy and Society*, vol. 1, n.º 3 (março de 1972), pp. 339-50, e N. Long, *op. cit.*

nela se processam (Laclau, 1975) . Essa questão é ignorada por F-R em virtude de esses autores partirem da premissa básica de que o Nordeste tem agricultura capitalista .

Esta resenha, em contraste, frisa a coexistência e interação de diferentes relações de produção no Nordeste rural. Significa esta heterogeneidade que a formação social é produto da articulação de vários modos de produção. A pesquisa futura precisa, em consequência, empreender a árdua tarefa de identificar esses modos de produção e suas combinações, uma vez que são essas características que determinam a formação social e lhes definem a especificidade. Partindo dessa perspectiva, sem a debilitação produzida por suposições simplistas prévias, progresso poderá então ser feito para uma análise mais abrangente da estrutura agrária.

